

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM ESTUDO A PARTIR DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL

Francisco Guimarães de Assis (1); Francisco Diniz Júnior (2); Géssika Cecília Carvalho (3)

1. *Universidade Estadual da Paraíba- franciscoguimaraesp@gmail.com*
2. *Universidade Estadual da Paraíba - prof.juniordiniz10@gmail.com*
3. *Instituto Federal de Alagoas - gessikacecilia@hotmail.com*

RESUMO

A proposta pedagógica da educação indígena trata de uma ação que sustenta um ensino intercultural e diferenciado que, através de sugestões de trabalho por áreas de conhecimento, permita a construção de um currículo próprio, específico e próximo da realidade vivida por cada comunidade indígena, visando a integração de seus etno-conhecimentos com conhecimentos universais selecionados. Assim, como ensinar Matemática na educação indígena, valorizando e contextualizando a vida social e cultural ao conhecimento matemático, sobre olhares da Etnomatemática? A partir desta problemática, por meio deste trabalho, objetivamos discutir o Ensino da Matemática na Educação Indígena, repensando sua prática pedagógica, conhecendo o seu processo histórico, entendendo a necessidade de valorizar o conhecimento prévio cultural matemático, relacionando-o às suas originalidades e definições, interagindo com o mundo matemático, estabelecendo relações com os aspectos sociais e culturais em que está inserido o ser, reconhecendo a Matemática na vida cotidiana, assim como a necessidade de aprendê-la, com base no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas- RCNEI. Deste modo, por meio de pesquisas e artigos discutidos ao longo deste trabalho, concluímos que deve existir um ensino de matemática diferenciado, que quebre as regras do ensino tradicional, que atualmente é feito por meio de reprodução de conhecimentos e que fazem parte da rotina diária das nossas escolas indígenas e não indígenas durante as aulas de matemática. Tal maneira de ensinar, atual convencional, não desenvolve no aluno a capacidade de criticar ou de tomar proveito daquilo que está tentando aprender e, muitas vezes, por não entender aquilo que está sendo passado, ele não consegue perceber serventia em tal estudo, especialmente os povos indígenas.

Palavras-chave: Matemática, Educação Indígena, Etnomatemática, RCNEI.

INTRODUÇÃO

Ao observarmos o nosso redor, podemos perceber que a todo momento as pessoas estão contando alguma coisa, fazendo comparações e medições. Dessa forma, pode-se compreender a produção do conhecimento matemático como o modo humano de construir respostas para as suas necessidades básicas constituídas, principalmente, nas relações sociais.

Sobre este enfoque, buscamos neste trabalho a adoção e a análise de uma nova postura educacional, com o intuito de alcançar um novo paradigma de Educação Matemática, tomando como base o ensino desta ciência na Educação Indígena.

A proposta pedagógica da Educação Indígena trata de uma ação que sustenta um ensino intercultural e diferenciado que, através de sugestões de trabalho por áreas de conhecimento, permite a construção de um currículo próprio, específico e próximo da realidade vivida por cada comunidade indígena, visando a integração de seus etnoconhecimentos com conhecimentos universais selecionados. Ou seja, um ensino que relacione o conhecimento prévio cultural matemático às suas originalidades e definições. A escola diferenciada em aldeias indígenas abre oportunidades para fomentar discussões, dramatizações, ressemantização dos saberes tradicionais, narração de história, reconstrução da cultura, aprendizagem de direitos e deveres dos índios e construção de significados da experiência étnica.

O currículo escolar diferenciado deve permitir a reflexão sobre a situação histórica e a etnicidade do grupo. A sua construção demanda a participação de todos os segmentos da população, principalmente, daqueles índios que têm uma participação maior nas comunidades, além dos moradores antigos. O saber da tradição da aldeia deve constituir a essência desse artefato concebido coletivamente e que possui uma dinamicidade própria. Isto significa que esse currículo está sempre em processo e em movimento, portanto, concebido dentro de um marco flexível e participativo.

Focalizando o Ensino da Matemática diferenciado na Educação Indígena, preocupados em integrar o saber popular às definições e propostas didático-pedagógicas, vemos a necessidade de ampliar as ações metodológicas de como inserir essa contextualização em sala de aula. De tal modo, como ensinar Matemática na educação indígena, valorizando e contextualizando a vida social e cultural ao conhecimento matemático, sobre olhares da Etnomatemática?

A partir desta problemática e por meio deste trabalho de cunho bibliográfico que resgata nossas experiências enquanto professores, objetivamos discutir o Ensino da Matemática na Educação Indígena, repensando a prática pedagógica, conhecendo o processo histórico, entendendo a necessidade de valorizar o conhecimento prévio cultural matemático, relacionando-o às suas originalidades e definições, interagindo com o mundo matemático, estabelecendo relações com os aspectos sociais e culturais em que está inserido o ser, reconhecendo a Matemática na vida cotidiana, assim como a necessidade de aprendê-la com base no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas- RCNEI.

METODOLOGIA

O referido trabalho, de cunho bibliográfico, foi desenvolvido a partir da necessidade de conhecer os procedimentos didático-pedagógicos, histórico e legal do Ensino de Matemática na Educação Indígena no Brasil, bem como o processo avaliativo nessa modalidade de ensino. Vale destacar que este levantamento aparece de forma escassa, talvez, dado ao pouco interesse dos autores sobre essa temática.

Sobre esse enfoque, este trabalho nos permite refletir, a partir dos documentos oficiais, sobre os procedimentos metodológicos que devem ser adotados no Ensino da Matemática na Educação Indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo histórico e legal da Educação Indígena no Brasil

Os povos indígenas vêm produzindo e elaborando ao longo da história do Brasil, muito antes da introdução da escola, através dos seus próprios modos de vida e suas concepções sobre o mundo em que estão inseridos, complexos sistemas de pensamento de como produzir e armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural, para que futuras gerações possam discutir, ao longo dos anos, ideias e princípios que foram construídos pelos seus povos antigos e que essas futuras gerações possam enriquecê-las no decorrer dos tempos. Riqueza essa que deve ser preservada, pois representa uma extraordinária soma histórica e diversificada de saberes, criações, arte, música e filosofias originais.

Com isso, os povos indígenas já vivenciavam a troca e transmissão de saberes, passados de geração a geração, sem necessariamente existir escolas. Porém, com o passar do tempo, vários grupos indígenas e não indígenas começaram a discutir as questões relativas à aprendizagem científica para esses povos.

A história da educação escolar indígena no Brasil pode ser dividida em quatro fases. A primeira situa-se à época do Brasil Colônia, quando a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas. O segundo momento é marcado pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, e se estende à política de ensino da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à articulação com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) e outras missões religiosas. A terceira fase

marca o surgimento de organizações indigenistas não-governamentais e a formação do movimento indígena em fins da década de 60 e nos anos 70, período da ditadura militar. Já a quarta fase vem da iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir da década de 80, quando decidem definir e autogerir os processos de educação formal (SILVA; FERREIRA, 2001).

Todavia, somente nos anos 70, teve início uma mobilização brasileira para criação de entidades de apoio e colaboração com os povos indígenas, o que intensificou a realização de encontros e fóruns para discussão de questões de interesse desses povos, dentre elas a Educação, em torno da qual debatiam sobre a escola que os índios queriam. Hoje existem leis que reconhecem a necessidade de uma educação indígena diferenciada, específica e de qualidade, em que as atividades pedagógicas sejam todas construídas a partir de suas próprias concepções sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem.

Quando a comunidade tem por opção construir uma escola que contribua com o fortalecimento da identidade indígena, está simultaneamente adotando um currículo que considera os saberes das experiências histórico-culturais pela confecção artesanal de objetos, o ritual do Toré, as pinturas corporais, as narrativas, os mitos, as farinhadas, as plantas medicinais (NASCIMENTO, 2012, p. 91)

Porém, concretizar o ideário de uma educação indígena, ou seja, construir a escola que esses povos querem, significa dizer que os indígenas devem participar ativamente da construção das propostas pedagógicas que irão servir como base de apoio na educação dos pequenos índios. “O movimento indígena já tem dado sua grande parcela de contribuição na elaboração dos RCNEI/indígena, através de sua articulação, estudos, reflexão e montagem de propostas comuns sobre a educação que queremos”. (BRASIL, 2005, p.28)

Para o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 2005), a escola indígena deve ter as seguintes características: Comunitária - conduzida pela própria comunidade indígena, de acordo com seus projetos, concepções e princípios; Intercultural - reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; Bilíngue/Multilíngue - resgatar sua língua materna, embora usem outras línguas; e Específica e Diferenciada - concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena.

A escola diferenciada é aquela que trabalha a realidade da comunidade e do aluno. Uma pedagogia diferenciada, gestada a partir da realidade sócio-política e cultural dos índios, utilizando-se das suas experiências de lutas e conflitos na conquista de seus direitos [...] (NASCIMENTO, 2009 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 88)

Ainda, segundo o RCNEI (BRASIL, 2005, p.23), os princípios da educação indígena são assim descritos:

Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais:

- Uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir e assegurar determinadas qualidades;
- Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mas articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
- Noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados- econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

Logo, a Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito a uma educação diferenciada dos demais segmentos populacionais às comunidades indígenas, situação evidenciada no artigo 210.

O reconhecimento dos direitos educacionais específicos e diferenciados dos povos indígenas foi reafirmado no Decreto nº 1904/96, que assegura a implementação de uma política de proteção e promoção dos direitos das populações indígenas e garantem a essa sociedade uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural.

Para Nascimento (2012), a escola diferenciada deve ser construída em espaço e tempo privilegiado, através de reelaborações culturais e que deve promover o encontro entre os saberes da tradição e os conhecimentos históricos disciplinarmente formalizados.

Adiante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, de 1996, nos artigos 78 e 79, caracteriza a educação escolar indígena de modo que propicie a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e ciências e acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, organizados de formas diferenciadas, ou seja, com organização própria, que conte com a participação de toda a comunidade indígena na definição de organização e gestão, estruturas sociais, práticas socioculturais e religiosas, suas formas de produção de conhecimento, processos e métodos de ensino-aprendizagem próprios, suas atividades econômicas e o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena, independente do ano civil, ajustadas às condições específicas e próprias.

Para Rêgo e Pereira (2006), a educação indígena exige um tratamento diferenciado e próprio que busque a valorização do conhecimento tradicional vigente em seu meio, ao

mesmo tempo em que forneça os instrumentos necessários para enfrentar o confronto com outras sociedades.

Como dito anteriormente, ainda há conflitos que impedem a conquista da autonomia curricular e administrativa das escolas indígenas. Entre os problemas que impedem isso, os sistemas de ensino contradizem os princípios da educação diferenciada, os calendários escolares não são válidos para esse tipo de educação, além de não existir um número suficiente de professores habilitados para lidar com a educação intercultural. Quanto à questão de professores habilitados, podemos dizer que as universidades não dispõem de currículos que contemplem suficientemente a questão do multiculturalismo e sua consideração na prática pedagógica.

Conexões entre o ensino e a aprendizagem da Matemática na Educação Indígena

A aprendizagem da Matemática é indispensável por desempenhar um papel decisivo e significativo na vida cotidiana das pessoas, permite resolver problemas do dia-a-dia, suas aplicações no mundo do trabalho e serve como instrumento na construção do conhecimento de diversas áreas. Ao mesmo tempo, desenvolve capacidades de pensamento e agilidade no raciocínio lógico dedutivo. Assim, o papel da Matemática na educação escolar está relacionado à formação básica do ser como cidadão.

O conhecimento matemático também passa a ser um pré-requisito para o desenvolvimento das atividades administrativas, de proteção ambiental e territorial, além de atenção à saúde. Porém, seu conhecimento passa a ser significativo à medida em que ele contribui para entender o mundo local e também o mais amplo.

Contudo, eram tantos os problemas do velho ensino tradicional da Matemática que há tempos, no mundo todo, psicólogos, pedagogos, professores e matemáticos vêm estudando as causas de seu fracasso e as soluções possíveis para reverter o quadro de aprendizagem matemática entre os alunos.

O que ocorre é um distanciamento entre os princípios dos documentos curriculares e as práticas ainda vigentes na maioria das escolas, pautadas pelas crenças arraigadas sobre o que seja Matemática, seu ensino e sua aprendizagem.

Foi a partir daí que diversos países entenderam a necessidade de reformular seus currículos. No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) expressam oficialmente essa renovação. Com isso, o novo Ensino da

Matemática prioriza a relevância social dos conteúdos, a partir da compreensão dos alunos.

Pires (2000 *apud* NACARATO; MENGALI; PASSOS, 2009, p. 16), referindo-se às reformas ocorridas no ensino da Matemática nos últimos trinta anos no Brasil, cita:

[...] o homem parece começar a tomar consciência da iminência do desastre planetário, da explosão demográfica, da redução dos recursos naturais. Desse modo, novos paradigmas emergem e trazem, como consequência, desafios à educação e, em particular, ao ensino da Matemática.

A educação passa a ser significativa à medida em que é analisada dentro do contexto sociocultural daqueles a quem se pretende educar, pois os objetivos consequentemente tendem a variar de acordo com a cultura, a realidade social, as necessidades pessoais, etc.

A vida cotidiana indígena apresenta-se como o lugar em que se compartilham conhecimentos, códigos de conduta, crenças e valores. Enfim, apresenta-se como uma realidade interpretada e subjetivamente dotada de sentido para os homens e geradora de procedimentos.

Os símbolos acrescentam ao mundo um sentido, uma ordem. Em função de seus desejos, o homem toma a natureza e transforma-a, surgindo, então, a cultura. Através da cultura, os objetos e as ações estão impregnados de sentidos. Pela cultura é que o homem cumpre seu destino de sentido, o seu destino ético (STORT, 1993 *apud* MONTEIRO; POMPEU JUNIOR, 2001, p.49).

Assim, o educador na escola indígena não deve olhar apenas para a multiplicidade de usos e entendimento dos diferentes tipos de saber, mas também para os processos pelos quais qualquer campo do conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade.

Segundo Monteiro e Pompeu Junior (2001), é impossível pensar em conhecimento dissociado de valores. Se a educação ocorre fundamentalmente numa relação com o outro, com o mundo, nem o outro nem o mundo podem ser vistos de forma fragmentada. É necessário compreender o indivíduo em seu contexto social, cultural e como alguém que se expressa em sua totalidade física, emocional, intelectual e cultural.

Logo, a inserção do conhecimento matemático no currículo das escolas indígenas está ligada à necessidade de aquisição e construção do conhecimento e por estar relacionado ao modo pelo qual cada sociedade formula sua teoria de mundo, interligando aos procedimentos de ordenar, classificar e quantificar essa realidade.

Deste modo, o ensino da Matemática na Educação Indígena, já que se trata de uma educação diferenciada e ordenada pela Etnomatemática, deve estar contextualizado com a vida social desses povos. Para entendermos melhor, podemos tomar como exemplo a forma que eles utilizam para medir o tempo, as formas diferenciadas de

conceber o espaço, nos padrões geométricos das cestarias ou nas pinturas corporais, observando os seus formatos.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 2005, p. 164)), o estudo da Matemática na experiência escolar indígena é importante pelas seguintes razões:

- Estrutura, pensamentos e ações que, juntamente com outras áreas de conhecimento, podem promover a conquista da autonomia e autossustentação das comunidades indígenas;
- Permite uma melhor compreensão das várias matemáticas, isto é, dos diferentes sistemas numéricos e das variadas maneiras que cada sociedade encontrou para dar sentido ao universo;
- Possibilita uma melhor compreensão dos conhecimentos em outras áreas do currículo, assim como permite a produção de conhecimentos a partir de manifestações culturais indígenas.

Além disso, o seu estudo está compreendido em três campos:

- I. O estudo dos números e das operações, que, no entanto, é apenas um dos campos da matemática. Ela abrange também os modos de compreensão do espaço, das formas, e das noções de grandeza e medidas;
- II. O estudo do espaço e das formas, podendo tomar a própria aldeia como referência para representar um ponto espacial a partir do qual todas as distâncias são determinadas;
- III. O estudo das grandezas e medidas, que é marcado de modos distintos entre diferentes sociedades.

Esses campos de atuação podem ser trabalhados de maneira simultânea, ou seja, articulados entre si. Isto é necessário para que os alunos estabeleçam relações entre os conteúdos estudados. Além disso, é preciso integrar conteúdos desses campos com os conhecimentos das diversas áreas, garantindo que os alunos percebam a estreita relação entre o estudo da Matemática e o mundo que os cerca.

Em algumas aldeias indígenas, a Matemática não tem registro gráfico, logo são usados outros métodos para registrar quantidades, por exemplo, marcam o tempo de permanência dos caçadores na mata com nós em um fio. Esse sistema de contagem era utilizado antes da origem dos algarismos. A partir dessa ideia o professor pode expressar várias formas de registrar quantidades, inserindo como conteúdos didáticos os sistemas de numeração de alguns povos.

A forma de tratamento com a agricultura pode ser um bom caminho para ensiná-los a contar e usar as operações matemáticas, mostrando os canteiros que foram utilizados para plantação, observando o número de covas feitas em cada canteiro e em seguida lançar o desafio de quantas covas foram feitas.

No campo de estudo dos espaços e das formas, são incluídas ideias e intuições sobre o formato e tamanho das figuras e objetos, bem como sua posição ou localização no espaço. Esse trabalho pode ser feito, inicialmente, a partir do próprio entorno e dos objetos nele presentes. Daí veremos que outras áreas curriculares estarão presentes, pois o estudo da observação daquilo que está ao redor inclui informações vindas do conhecimento da geografia, possibilitando também trabalhar a noção de ângulo ligada à ideia de direção.

Já, para o estudo das grandezas e medidas, vale ressaltar que os diferentes povos indígenas medem distâncias, tempo, temperatura, comprimento ou massa recorrendo as suas próprias concepções de grandeza. Neste caso, as unidades de medida são bastante variáveis.

O estudo dos diversos padrões de medidas utilizados pelas diferentes sociedades propicia uma análise histórica do desenvolvimento de conceitos matemáticos, ressaltando a importância de respeitar cada povo e seu próprio método de construir o conhecimento.

O professor da Educação Indígena tem meios pedagógicos contextualizados com o dia-a-dia dos seus alunos, cabendo-lhe fazer da melhor forma o conhecimento acontecer, a exemplo das situações-problema, que podem nortear os processos de ensino e aprendizagem.

Avaliação no Ensino da Matemática na Educação Indígena

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) explicam que, até o final do Ensino Fundamental, o aluno deve resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos como dedução, indução, analogia estimativa e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis. (BRASIL, 1997)

Em nosso cotidiano, a utilização com compreensão das operações aritméticas fundamentais (adição, subtração, multiplicação e divisão) tornou-se um dos objetivos principais de qualquer educação básica. Por isso, é importante ter em mente a necessidade de desenvolver a compreensão do sentido e a utilização das operações na resolução dos diversos problemas e não o simples domínio de algoritmos.

Vale ressaltar que os objetivos da Matemática para o Ensino Fundamental estendem-se a qualquer comunidade escolar, pois o conhecimento matemático é indispensável a qualquer ser que está inserido no mundo em que vivemos.

Os alunos indígenas devem estar capacitados para fazerem cálculos, medições e classificações variadas. Precisam ser capazes, entre outras coisas,

de interpretar situações diversas quando têm acesso, pelo jornal, televisão ou rádio, a informações codificadas numericamente ou apresentadas em tabelas ou gráficos.

Nessa conjectura, o docente que atua nesta modalidade de ensino deve transformar situações da vida cotidiana em suporte para o estudo da Matemática, relacionando-as com as ideias que envolvem

- Leitura e traçado de viagens, mapas da área ou reserva indígena, bem como planta das casas do posto, aldeia ou outras construções locais;
- Atividades de comercialização de produtos extrativistas da região, operações de compra e venda nas cooperativas indígenas;
- Leitura e interpretação de informações que aparecem em pedidos e recibos de mercadorias, moedas e cédulas de dinheiro, contas a pagar, entre outros documentos semelhantes;
- Análise de documentos oficiais, como portarias e decretos, que estipulam os limites de territórios indígenas e sua comparação com mapas indígenas;
- Consulta e construção de calendários indígenas, escolares, lunares, de atividades da lavoura, da caça e pesca das atividades de coleta, entre outros;
- Planejamento e organização de festas e outros eventos sociais, como viagens, campeonatos esportivos inter-aldeias, reuniões de lideranças e assembleias indígenas. (BRASIL, 2005, p. 184-185)

Mesmo assim, no caso das sociedades indígenas, a questão é agravada porque muitos dos dilemas da vida cotidiana não são matemáticos e nem traduzíveis em termos numéricos. Mesmo quando podem ser representados por números não exigem, necessariamente, resposta ou solução única, como é o caso da matemática dos “brancos”.

A Matemática ensinada em escolas não-indígenas reduz relações de quantidade à atividade de resolução de problemas. O que vem a ser um problema já é predeterminado, bem como a sua resolução, que geralmente só admite uma resposta “certa”. Erros são considerados fracassos e a criatividade, a intuição e a emoção não são valorizadas nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, os problemas que são propostos não têm relação alguma com a vida cotidiana, em muitos dos casos. No Ensino da Matemática na Educação Indígena, existem muitas alternativas variadas para solucionar problemas, expressas por estratégias culturais distintas que não se restringem a respostas certas ou erradas.

Dentro das estratégias de avaliação mais gerais para esse processo, alguns objetivos específicos da área de Matemática podem guiar o professor. Por isso, recomenda-se que é importante observar se os alunos atingiram estes objetivos:

- Saber identificar e utilizar os conhecimentos matemáticos como meio de compreender o mundo à sua volta;
- Saber fazer uso de conhecimentos matemáticos na tomada de decisões;
- Resolver situações-problema, por meio dos passos de reconhecimento do problema que tem de ser resolvido, enunciação desse problema, busca das soluções e avaliação dos resultados encontrados;

- Saber transmitir ideias matemáticas fazendo uso da linguagem oral e saber relacionar enunciados com representações matemáticas;
- Saber desenvolver a matemática que está presente em diversas áreas de conhecimento, como história, geografia, linguística e ciências, entre outras;
- Sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social. (BRASIL, 2005, p.189)

Sendo assim, pudemos perceber que o homem se relaciona com o mundo a todo instante, procurando formas de adaptar-se a ele, onde este é entendido como mundo-vida, em que ele nos educa por meio de influências que chegam a nós por intermédio das relações que temos com o nosso cotidiano.

Isso significa dizer que, por meio de pensamentos etnomatemáticos, embasados pela cultura indígena, estamos trilhando por uma educação subsidiada por práticas pedagógicas intencionadas por princípios éticos, morais, culturais e que respeitem a dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, por meio de pesquisas e artigos discutidos ao longo deste trabalho, concluímos que deve existir o Ensino da Matemática diferenciado, que quebre as regras do tradicionalismo, que atualmente é feito por meio de reprodução de conhecimentos e que fazem parte da rotina diária das nossas escolas indígenas e não indígenas durante as aulas.

Tal maneira de ensinar, atual convencional, não desenvolve no aluno a capacidade de criticar ou de tomar proveito daquilo que está tentando aprender e, muitas vezes, por não entender aquilo que está sendo passado, ele não consegue perceber serventia em tal estudo.

Por fim, reitera-se que, embora o referencial teórico tenha sido escasso, foi possível apresentar o processo histórico e legal da Educação Indígena no Brasil, como também possibilitou destacar as conexões entre o ensino e aprendizagem da Matemática nesta modalidade, que ainda foi suficiente para reiterar a multiplicidade de avaliações e de significados no seu ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1998)**. Artigo 210. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 19 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 1904/96**. Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://www.justica.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Art. 78 e 79. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para Escolas Indígenas.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 2005.

MONTEIRO, A; POMPEU JUNIOR, G. **A Matemática e os Temas Transversais.** São Paulo: Moderna, 2001.

NACARATO, A. M.; MEGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, José Mateus (org). **Etnoeducação Potiguara: Pedagogia da Existência e das Tradições.** João Pessoa: Ideia, 2012.

RÊGO, P. A.; PEREIRA, M. R. S. **A Educação Indígena no Acre: Uma experiência diferenciada.** Projeto de Pesquisa - Secretaria Estadual de Educação do Acre. 2006. Disponível em: <<http://www.sec.ac.gov.br>. Acesso em: 29 dez. 2013.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. **Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a Escola.** São Paulo: Global, 2001.